



LEGISLATIVO / Por 52 votos, plenário do Senado elege parlamentar mineiro como o mais novo integrante da Corte de Contas. Senador ganha com larga vantagem sobre os concorrentes, Kátia Abreu e o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra

Anastasia é escolhido para vaga no TCU

Jefferson Rudy/Agência Senado

» JORGE VASCONCELLOS

Em votação secreta, o plenário do Senado escolheu, ontem, o senador Antonio Anastasia (PSD-MG) para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Com 52 votos, o parlamentar mineiro venceu os dois concorrentes — Kátia Abreu (PP-TO) e o líder do governo na Casa, Fernando Bezerra (MDB-PE). Eles receberam, respectivamente, 19 e sete votos.

Horas antes da decisão do plenário, os três postulantes receberam o aval da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, durante votação simbólica.

A vaga no TCU foi aberta depois que o Senado aprovou, em 30 de novembro, a indicação, feita pelo presidente Jair Bolsonaro, do ministro Raimundo Carreiro, para ser o novo embaixador do Brasil em Portugal — oficialmente, o magistrado ia se aposentar em 2023. A indicação de Carreiro fez parte de uma estratégia do chefe do Executivo para ter mais um aliado na Corte de contas — o ex-ministro do governo Jorge Oliveira tomou posse no órgão em dezembro de 2020.

Após a saída de Carreiro, não foi alcançado um acordo no Senado para indicar o nome do substituto. Por isso, Anastasia, Bezerra e Kátia Abreu se lançaram candidatos, por meio da indicação dos respectivos líderes partidários na Casa. Essa foi a disputa mais ferrenha entre senadores por uma vaga no TCU nos últimos 13 anos.

Os atuais mandatos de Anastasia, Bezerra e Kátia Abreu no Senado terminam no ano que vem, o que elevou à aposta dos concorrentes no TCU. O cargo de ministro do tribunal é vitalício e, além de um salário de R\$ 37 mil, confere poder político ao ocupante, já que o órgão — uma extensão do Poder Legislativo — é encarregado de fiscalizar as contas do Poder Executivo.

Durante a sessão do plenário, momentos antes da votação, cada um dos três candidatos teve 20 minutos para demonstrar que reunia as qualificações necessárias para compor os quadros do TCU. Anastasia ressaltou seu conhecimento técnico,



Integrantes do governo, da Advocacia-Geral da União (AGU) e técnicos do TCU avaliam que Anastasia chega à Corte para ser protagonista

Composição

O TCU é composto por nove ministros — seis são escolhidos pelo Congresso, e três, pelo presidente da República. Na Corte, o senador Antonio Anastasia assumirá os processos herdados do ministro Raimundo Carreiro. Para o biênio 2021-2022, Carreiro era responsável por relatar processos do Ministério da Infraestrutura e da Presidência da República.

como gestor e professor de direito, como trunfos para integrar a Corte de Contas.

Maratona

Nas últimas semanas, a disputa pela vaga no TCU se transformou em uma maratona de negociações no Senado. Kátia Abreu teve como um dos “cabos eleitorais” o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que já conseguiu emplacar, na Corte de Contas, os ministros Bruno Dantas e Vital do Rêgo. A parlamentar também contou com a torcida do

PT, já que o primeiro-suplente dela é do partido.

Bezerra, por sua vez, conseguiu ser indicado pelo líder da bancada emedebista, Eduardo Braga (AM), mesmo com a adesão de Renan a uma das campanhas concorrentes.

Rumores davam conta de que Calheiros estaria se movimentando para que o líder do governo desistisse da disputa em favor de Kátia Abreu. Já Anastasia contou, entre outros, com o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Pedro Gontijo/Senado Federal



Pacheco, com Alexandre Silveira, que assumirá a vaga no Senado

Perfil

Carreira sólida

O senador Antonio Anastasia (PSD-MG) entrou na política eleitoral em 2006, quando concorreu e venceu a eleição para vice-governador de Minas Gerais na chapa encabeçada por Aécio Neves (PSDB). Apadrinhado pelo tucano, comandou o Poder Executivo mineiro de 2010 até 2014 e, depois, foi eleito para o Senado. Foi filiado ao PSDB de 2005 até 2020, quando saiu para entrar no PSD.

Em 2016, foi o relator no Senado do processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT). Em 2018, tentou voltar ao governo de Minas, mas perdeu no segundo turno para Romeu Zema (Novo).

A candidatura de Anastasia fez parte de um compromisso assumido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), com o partido, durante a campanha para a presidência do Senado, em fevereiro, quando ele ainda era filiado ao DEM.

Além de Pacheco cumprir um acordo e garantir o aliado no TCU, a escolha de Anastasia para o posto beneficia o grupo do presidente do Senado em Minas na eleição estadual de 2022. Alexandre Silveira, presidente do PSD mineiro e diretor jurídico do Senado, é suplente de Anastasia e, agora, passa a assumir a vaga de titular no Senado. Silveira quer disputar a eleição para senador no ano que vem.

Apoiadores elogiam o perfil de Anastasia, já que tem experiência jurídica e foi professor de direito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Integrantes do governo, da Advocacia-Geral da União (AGU) e técnicos do TCU avaliam que Anastasia chega à Corte para ser protagonista, dado seu conhecimento técnico de gestão pública, direito administrativo e contas públicas.

CMO: R\$ 1,7 bi para obras

» TAÍSA MEDEIROS

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou a destinação de R\$ 1,711 bilhão para obras inacabadas na educação. A proposta está no relatório do deputado Paulo Azi (DEM-BA). Segundo o parlamentar — coordenador Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI), existem mais de 24 mil obras públicas paradas no país, sendo pelo menos 3,7 mil na área da educação.

“É fundamental que esta Casa não se omita com algo de tamanha gravidade. O trabalho desse comitê se focou, desde o início, em propor soluções para enfrentar as causas que originam a paralisação dessas obras. No relatório, nós sugerimos diversas ações legislativas”, afirmou Azi, durante debate sobre o documento. “Nessas obras

de educação, mais de R\$ 2 bilhões já foram investidos. E as pessoas sem nenhum benefício, porque as obras estão aí, sem poder ser usufruídas pela população.”

A presidente da CMO, senadora Rose de Freitas (MDB-ES), sugeriu que fossem priorizadas por lei as obras que estão mais próximas da conclusão, para que não ocorram danos nas estruturas nem perdas do dinheiro já investido. “Estamos tratando daquilo que nos é mais caro, que é a discussão das obras paralisadas, que, até então, o governo não se movimenta para dar atenção”, criticou a parlamentar.

Rose de Freitas ainda destacou o sentimento de que o debate andava em círculos. “Nós apenas ficamos na expectativa de que podemos fazer isso pedindo ao governo a prioridade no tratamento dessas obras”, criticou.

O parecer de Azi ainda tem de ser confirmado no relatório final do relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), previsto para ser votado na sexta-feira.

No parecer, Azi pede ao relator-geral, ainda, que defina regras para tentar evitar a ocorrência de obras inacabadas nos municípios por falta de recursos.

A CMO também aprovou o relatório de atividades do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária (CFIS). O parecer, elaborado sob coordenação do deputado Danilo Forte (PSDB-CE), defende mudanças no chamado “orçamento secreto”, sob a justificativa de que há poder demais nas mãos do relator-geral do Orçamento. O deputado ainda criticou a falta de transparência na execução orçamentária.



Nessas obras de educação, mais de R\$ 2 bilhões já foram investidos. E as pessoas sem nenhum benefício, porque as obras estão aí, sem poder ser usufruídas pela população”

Paulo Azi (DEM-BA), relator do parecer

Empenho de verbas ganha mais prazo

Uma portaria assinada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, destrava a execução de verbas do Orçamento de 2021 e autoriza o empenho de recursos até o próximo dia 31. O decreto anterior limitava o prazo até 10 de dezembro e provocou protestos do Centrão, que cobrava a liberação de mais recursos do orçamento secreto e ameaçava travar a pauta.

O novo texto foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), ontem, mesmo dia em que a Câmara votou, em primeiro turno, mudanças na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, essencial para garantir um espaço fiscal de R\$ 106,1 bilhões no Orçamento de 2022.

O impasse em relação à autorização de reserva para gastos havia causado reação do Centrão contra

a gestão do presidente Jair Bolsonaro na reta final de votações no Congresso. O bloco pressiona pelo pagamento das emendas do relator, que estão no centro do orçamento secreto. De 16,9 bilhões previstos para este ano, R\$ 6,2 bilhões dessas verbas ainda não foram empenhadas.

O clima também prejudicou a liberação de créditos adicionais pedidos pelo governo neste ano e a tramitação do Orçamento de 2022. Para essa etapa, no entanto, a situação não está resolvida. Os partidos do bloco pressionam pela derrubada do veto de Bolsonaro para garantir um Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bi em 2022 até sexta-feira.

Leia mais sobre orçamento secreto na página 4